



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**FRANCISCA KARINA CELESTINO FERREIRA**

**O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**FORTALEZA-CE**

**2019**



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Faculdade Ratio, como pré-requisito para obtenção do Título de BACHAREL EM PSICOLOGIA, outorgado pela Ratio Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores

Data da aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Especialista Julia Evangelista Mota Shioga  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes  
Convidada

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Lucili Grangeiro Cortez  
Convidada

A Deus. A meu marido Jeone, meus  
filhos, e todos meus familiares.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força e coragem para vencer as barreiras da vida. Obrigada meu Deus por sua infinita misericórdia e amor, por me conceder inteligência, e serenidade todos os dias.

Agradeço a meus pais, pelo o dom da vida e pelo amor incondicional, estando junto nas situações mais difíceis de minha vida.

Em especial, minha mãe Helenita que está sempre comigo, ajudando e dando o total apoio para conseguir meus objetivos.

Aos meus filhos e minha sobrinha Letícia que são minhas bênçãos.

Minha gratidão a minha orientadora, pela paciência, conhecimento e por colaborar na concretização desse trabalho. Por encarar comigo alguns desafios e se dispor sempre me motivando.

Aos gestores, professores e demais funcionários que com muita dedicação se empenharam em me ajudar o meu muito obrigado pela oportunidade de conhecimento acadêmico, incentivo e motivação na minha escolha.

As minhas amigas (o) e futuras (o) psicólogas (o) minha gratidão e agradecimento por todos estes anos estarmos juntos nos estudos, pesquisas, provas, seminários, etc.

Meus sinceros agradecimentos aos professores da minha Banca Examinadora, por aceitarem contribuir com minha defesa.

“Não desejo suscitar convicções, o que desejo é estimular o pensamento e derrubar preconceitos.”

(Sigmund Freud)

## RESUMO

A infância das crianças com alguma deficiência tem sido caracterizada pela sua necessidade de processos para uma possível “adaptação” social. As escolas estão fechadas a esse pensamento bloqueando, assim, os processos de inclusão e educação dessas crianças. A psicologia, a cada dia, adota maior visibilidade e conquista seu espaço enquanto campo profissional, relativamente nova no Brasil com probabilidades de atuação em vários campos, saindo da clínica tradicional, migrando com ampla seriedade para as políticas públicas, empresarial, hospitalar e educacional, na qual terá maior evidência e nesse trabalho. A escolha desta temática se deu pela situação de diversas crianças que estão sendo prejudicadas pelo preconceito social e excluídas devido à deficiência física ou mental, pois a cada dia esse índice está se elevando. O objetivo geral deste trabalho é identificar o papel do psicólogo escolar na educação inclusiva de pessoas com deficiência. Na qual estão fragmentados os objetivos específicos entender o significado da exclusão escolar na vida das crianças; compreender as mudanças da inclusão na vida dessas crianças; analisar as dificuldades enfrentadas pela criança e pela família. O psicólogo deve trabalhar na escola de caráter a garantir sua participação na equipe pedagógica. Ele deve refletir juntamente com a direção, professores e funcionários estratégias para garantir às crianças com deficiência um processo educativo que permaneça dentro dos seus direitos constitucionais. E nesse espaço de educação especial, o psicólogo da educação não deve privilegiar o laudo, mas sim associar seus conhecimentos com outros profissionais da educação.

**Palavras-chaves: Psicólogo. Educação. Inclusão**

## **ABSTRACT**

The childhood of children with any disability has been characterized by your need for processes to a possible "adaptation". The schools are closed to this thought blocking, so the processes of inclusion and education of these children. Psychology, every day, adopts greater visibility and your space conquest while professional field, relatively new in Brazil with probabilities of expertise in various fields, leaving the traditional clinic, migrating with ample seriousness to public policies, , hospital and educational business, which will have greater evidence and on the job. The choice of this theme took the situation of many children being harmed by social prejudice and deleted due to physical or mental disability, because every day that this index rising. The general objective of this work is to identify the role of the school psychologist in inclusive education of persons with disabilities. In which is fragmented the specific objectives understand the meaning of school exclusion in the lives of children, understand the changes of inclusion in the lives of these children, analyse the difficulties faced by the child and the family. The psychologist should work at school of character to ensure your participation in the pedagogical team. He must reflect together with the Director, teachers and officials strategies to ensure children with disabilities an educational process that stays within their constitutional rights. And in special education, the educational psychologist should not focus on the report, but rather associate their knowledge with other education professionals.

**Keywords: Psychologist. Education. Inclusion**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPITULO I.....</b>	<b>11</b>
<b>JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO II.....</b>	<b>13</b>
<b>EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA, E O DESAFIO DA INCLUSÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Educação e educação inclusiva .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 O desafio da inclusão .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>23</b>
<b>A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PAPEL DA FAMÍLIA NESSE CONTEXTO E O PAPEL DO PSICOLOGO FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	<b>23</b>
<b>3.1 A inclusão da pessoa com deficiência .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Papel da família nesse contexto .....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 Papel do psicólogo frente à educação inclusiva .....</b>	<b>29</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

A infância das crianças com alguma deficiência tem sido caracterizada pela sua necessidade de processos para uma possível “adaptação” social. As escolas estão fechadas a esse pensamento bloqueando, assim, os processos de inclusão e educação dessas crianças. Não somente as escolas, mas toda a sociedade está impregnada de ações que provocam preconceito e discriminação dessas crianças com alguma deficiência.

O trabalho da psicologia no espaço escolar é assinalado por um serviço preventivo e terapêutico. Quando se debate a inclusão educacional de pessoas com deficiência, o psicólogo tem um papel crucial na preparação dos profissionais envolvidos, apoio familiar e suporte a grupo discente.

O psicólogo deve ter um olhar abrangente, ver o aluno com ausência como um ser biopsicossocial, e não olhando apenas o biológico, mas um ser que apesar das barreiras é também dotado de potenciais.

Vários documentos foram determinados ao longo dos anos por organizações internacionais na experiência de garantir o direito universal à educação, como também orientar o processo de inclusão, tais como: Declaração de Cuenca, em 1981; Declaração de Sunderberger, em 1981; Declaração Mundial sobre Educação para Todos - UNESCO, em 1990; aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos - Tailândia, em 1990; Informe Final do Seminário da Unesco de Caracas, em 1992; Declaração de Santiago, em 1993; Normas Uniformes para Pessoas com Incapacidades, aprovadas em Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993; Declaração de Salamanca, de Princípios, Política e Prática em Educação Especial - Unesco, em 1994; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU, em 2006. Vale destacar que os documentos da Unesco em 1990 e em 1994 são considerados internacionalmente períodos históricos a favor da Educação Inclusiva (SILVEIRA; NEVES, 2006 apud MOUSINHO *et al*, 2010).

A psicologia, a cada dia, adota maior visibilidade e conquista seu espaço enquanto campo profissional, relativamente nova no Brasil com probabilidades de atuação em vários campos, saindo da clínica tradicional, migrando com ampla seriedade para as políticas públicas, empresarial, hospitalar e educacional, na qual terá maior evidência nesse trabalho.

A Educação em nosso país encara desafio de transformar o sistema de ensino constituindo escolas inclusivas com o intuito de cobrir a equidade de direitos para educação de todos, como origina a nossa Constituição Federal 1988.

No plano educativo, o processo de inclusão demanda mudanças expressivas na organização das instituições educativas, seja na estrutura física dos prédios, na composição curricular ou mesmo nas maneiras dos profissionais envolvidos no processo educativo, assim como nos modelos de atenção à diferença (CAMACHO, 2003).

Na prática desta proposta, as opiniões se analisam sobre a melhor forma de fazê-lo analisando a efetividade e a eficácia do novo modelo. Em foco estão as exposições sobre como atender às pessoas com deficiência observadas suas necessidades especiais e sobre a melhoria da qualidade do ensino oferecido para esta parcela da população, que envolve a reestruturação dos serviços e métodos pedagógicos.

A Educação Infantil se propõe hoje, portanto, não mais a apenas cuidar, mas levar em consideração toda a complexidade do desenvolvimento infantil ao educar e cuidar das crianças, exercendo junto com as famílias um papel complementar na formação dos indivíduos.

Sendo assim, a criança ao iniciar suas atividades no contexto da educação infantil deve ser bem recebida, pois nesta ocasião ocorre sua saída da unidade familiar para começar uma nova experiência, o que representa um importante passo em direção ao desenvolvimento da identidade e autonomia.

## **CAPITULO I**

### **JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E METODOLOGIA**

A escolha desta temática se deu pela situação de diversas crianças que estão sendo prejudicadas pelo preconceito social e excluídas devido à deficiência física ou mental, pois a cada dia esse índice está se elevando. A maioria dessas crianças não tem uma estrutura social nem familiar para conseguir um futuro digno como qualquer outra criança feliz, resultando assim muitas vezes em consequências graves como o baixo desenvolvimento educacional, depressão e outras sequelas junto à patologia já existente agravando ainda mais a situação de vida da criança.

Como estudante de psicologia pesquisamos sobre esta temática, por perceber que existem várias crianças sofrendo com o preconceito por consequência da deficiência independente de qual seja a patologia.

Este projeto será essencial para área acadêmica em que iremos estudar, e compreender as consequências psíquicas e dificuldades enfrentadas por estas crianças e familiares para conseguir amenizar os efeitos de sofrimento que a cada dia estão se agravando. Desta forma, teremos um embasamento para trabalhar com a realidade dessas famílias estruturadas e desestruturadas.

São diversos os fatores que prejudicam estas crianças de estarem nesta situação de exclusão como: fatores biológicos, familiares, sociais, psicológicos e a forma física e comportamental que se apresentam ao meio social.

Percebe-se que durante as mudanças na vida dessas crianças, a forma que enfrentaram essa fase, elas tendem a idealizar sua trajetória a cada fase uma esperança na vida delas.

Este trabalho está estruturado em: objetivo geral, identificar o papel do psicólogo escolar na educação inclusiva de pessoas com deficiência. Na qual estão fragmentados os objetivos específicos: entender o significado da exclusão escolar na vida das crianças; compreender as mudanças da inclusão na vida dessas crianças; analisar as dificuldades enfrentadas pela criança e pela família.

A presente pesquisa constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, documental e de natureza qualitativa, na qual teve a procura da temática, o psicólogo e a educação inclusiva. As consultas foram em livros, monografias, revistas, artigos e

publicações online das bases de dados Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

A pesquisa bibliográfica, por ser de natureza teórica, é parte obrigatória, como é o caso de outros tipos de pesquisa, uma vez que é através dela que se adquire conhecimento sobre a produção científica existente. Segundo Vergara (2000, p. 48) “a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

A busca dos artigos foi realizada no período de outubro a novembro de 2017. Percebe-se que na pesquisa bibliográfica são observados os trabalhos já elaborados, além dos livros e artigos, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e revistas científicas. Muito embora a quase totalidade dos outros tipos de estudo determinem trabalho dessa natureza, ainda assim existem pesquisas que são ampliadas exclusivamente através de fontes bibliográficas.

Para Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa bibliográfica inclui toda a bibliografia já publicada sobre o tema de estudo, em produções avulsas como jornais, livros, monografias, teses, revistas. Sua finalidade é colocar o investigador em contato direto com tudo o que foi publicado sobre determinado assunto.

## CAPITULO II

### EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA, E O DESAFIO DA INCLUSÃO

#### 2.1 Educação e educação inclusiva

A educação brasileira se coloca no quadro de modificações e discussões da inclusão escolar com um breve percurso iniciado em 1990, que aconteceu com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocasião em que foram estabelecidas prioridades para a Educação nos países de terceiro mundo. Mas é com a condensação do Plano Decenal da Educação para Todos, em 1993, assim como as metas posteriores lançadas pelo governo (descentralização da gerência de verbas, currículo básico, educação à alcance, avaliação nacional das escolas), que se joguem ações alinhadas às convergências mundiais de uma educação para todos (LIBANEO , 2003, *apud* GOMES;SOUZA, 2011).

Desta forma, no âmbito nacional, a polêmica discussão da proposta educacional inclusiva se deu pela aprovação, em 1993, e pela promulgação, em 1996, da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seus artigos firma a necessidade de equidade ao atendimento educacional no ensino regular a todos os educandos. Deixa claro, em seu Art. 3º (inciso I, II e IV), que os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência, com respeito à liberdade e apreço à tolerância, deverão ser as bases e princípios da Educação (BRASIL,2008 *apud* GOMES; SOUZA, 2011).

O Atendimento Educacional Especializado aparece dentro do contexto dos avanços em prol da educação inclusiva no país, como uma política pública fundamental que regulamenta as diretrizes colocadas pela Constituição Brasileira, para a educação dos alunos público-alvo da educação especial. Essa política se impõe pela necessidade de efetivação de ações voltadas para a garantia da aprendizagem desses alunos registrados nas escolas e sujeitos de direito a uma educação de qualidade. Podemos dizer que o atendimento educacional especializado é uma política pública basilar no fortalecimento e na implementação e organização dos serviços da educação especial (CAMARGO *et al*, 2016).

As instituições de Educação Infantil na contemporaneidade apresentam situações de desenvolvimento que compartilham com a família o cuidado e a

educação das crianças pequenas. A escola comumente é o primeiro agente socializador externo ao ambiente familiar. Dessa forma, é necessário que este local seja vivenciado pela criança como seguro e protegido, sendo um espaço saudável de aprendizado. Sendo assim, segundo Vale (2012), a criança ao iniciar suas atividades no contexto da educação infantil deve ser bem recebida, pois nesta ocasião ocorre sua saída da unidade familiar para começar uma nova experiência, o que representa um importante passo em direção ao desenvolvimento da identidade e autonomia (ZENDRON *et al*, 2013).

A consideração da denominação escolar como foco central nas discussões sociais é unânime, e não se poderia esperar menos que isso. O ensino, em seus diferentes níveis, tem como função desenvolver ações que possam servir de base para um amplo movimento de inclusão social. No entanto, esse mesmo procedimento promissor no que concerne à promoção do desenvolvimento de sujeitos e da justiça social parece se encontrar, atualmente, atado em suas próprias contradições (LIBÂNEO, OLIVEIRA, & TOSCHI, 2003; MORAES, 1997 *apud* GOMES; SOUZA, 2012).

O Atendimento Educacional Especializado propende complementar e aumentar a autonomia do aluno dentro da escola e fora dela, preparando e requerendo situações que favoreçam o seu desenvolvimento, com a estimulação dos mecanismos do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem intermediados pelo uso de materiais didáticos e pedagógicos que aprovelem às necessidades específicas desses alunos. Em casos do Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será contribuída aos alunos, pelo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou adicional com a garantia da inscrição na rede regular de ensino (CAMARGO *et al*, 2016).

São expressivos os conhecimentos sobre o acolhimento às pessoas com deficiência, podendo-se constatar que até o século XVIII as noções sobre a deficiência eram fundamentalmente vinculadas ao misticismo, não havendo base científica para o aumento de conhecimentos da realidade. Segundo Mazzota (1994, p. 16) “O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na ideia de alguns indivíduos criados” (MELO, 2008).

A escola é o local, no qual, os alunos têm acesso aos conteúdos

curriculares, para que o objetivo do exercício seja alcançado, a escola necessita se organizar para garantir a ação pedagógica adaptada de maneira colaborar com o processo de aprendizagem dos alunos, desde a educação básica ao ensino superior, preparando um viés da formação de cidadãos e na sua qualificação para o trabalho.

“Toda pessoa tem o direito à educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem.” (Declaração de Salamanca, 1994). A escola é um local onde os indivíduos se juntam com a finalidade de estudar. Durante muito tempo, o acesso à escola não foi oportunizado a um grupo de pessoas com deficiências. Com o tempo, constituíram novos espaços para esse grupo, como a criação de escolas especiais, no qual os estudantes com necessidades caracterizadas individuais incidiram em acolhimentos e conseguiram o direito a uma educação de qualidade. Mas, apenas essa alteração não resolveria os problemas (MELO, 2008).

Os educandos com altas habilidades ou superdotação necessitarão ter suas atividades de desenvolvimento curricular acrescidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular. Esse processo se dará em interface com os núcleos de agilidades para altas capacidades ou superdotação e com as instituições de ensino elevado e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes. No caso dos alunos com deficiência auditiva ou com surdez, o atendimento educacional especializado deve ser concretizado sob a mediação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita sua segunda língua (CAMARGO *et al*, 2016).

Nas últimas décadas a educação inclusiva tem sido um tema que demonstra, no cenário educacional brasileiro, as políticas públicas relacionadas à inclusão abrangem todas as crianças em situação de vulnerabilidade, minorias étnicas, crianças com deficiência, dentre outros. Contudo entende-se que alguns educadores ainda não têm preparo suficiente para lidar com essas crianças, embora eles precisem subsidiar essa socialização, Minghetti & Kanan, 2010,

Hodiernamente, as novas demandas da sociedade pós-moderna exigem uma prática pedagógica voltada para a dignidade da existência do humano enquanto um ser gregário, onde se observa o reflexo de uma mobilização nas escolas para incluir os alunos com necessidades especiais em salas de aula do ensino regular. Para tanto, nas escolas, professores e dirigentes pensam novos modelos de educação, de métodos e práticas

pedagógicas, iniciando com a convivência e socialização destes alunos em um mesmo espaço de aprendizagem. (GOMES, MOTA, p.04, 2015).

O espaço escolar deve abranger todos os tipos de alunos, independente de suas necessidades especiais. A comunicação com o diferente deve ser valorizada, acordando a importância entre os alunos e levando a uma concepção mais rica para eles (CARVALHO, 1999). Assim, o aluno dito “normal” pode estudar sobre respeito e cidadania com os alunos portadores de necessidades especiais e esses últimos podem enriquecer suas habilidades, a partir do convívio com os primeiros. Recomenda-se uma mudança na própria estrutura educacional para receber o aluno com necessidades especiais, sem cominar limites à criatividade e advertindo as diferenças (MELO, 2008).

Conforme Torezan (1999) a educação como direito de todos, compõe um problema político, social e psicopedagógico, alterando as estruturas tradicionais da educação inclusiva. O papel da psicologia incide em promover tais modificações a fim de que se possa concretizar em ações efetivas nesse processo (MELO, 2008).

## **2.2 O desafio da inclusão**

Para sugerir qualquer tipo de inclusão se faz necessário referir a inclusão humana, remetendo reflexões éticas sobre os sujeitos para com sua própria espécie, discussões estas estritamente atreladas ao desenvolvimento do homem e das civilizações, desligando de um passado caótico que era fortalecido pela exclusão, que não pode vincular em um mundo que se diz globalizado e contemporâneo.

A organização da educação especial vai se conformando como um ramo paralelo ao ensino regular no interior do sistema escolar, especialmente sob a responsabilidade de organizações da sociedade civil, direcionadas exclusivamente às pessoas com deficiência. Dentre essas organizações, deparar-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil (APAEs), fundada na década de cinquenta do século XX pelo casal Beatrice e George Bemis, membros da *National Association for Retarded Children* (NARC), organizada nos Estados Unidos em 1950 (JANNUZZI, 2004, *apud* RAMOS *et al*, 2016).

Para auxiliar as reflexões, reportamo-nos às contribuições da teoria histórico-cultural de Vygotsky e da psicanálise, procurando sua articulação com a

questão da educação inclusiva. Em semelhança à psicologia histórico-cultural, destacamos três aspectos: a importância da heterogeneidade na sala de aula, o papel intermediário do professor e a abordagem de Vygotsky (1997) sobre o assunto da deficiência através da defectologia (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009).

As pessoas com deficiência têm direitos como qualquer ser humano, por muito tempo as oportunidades de trabalho e de educação foram completamente negadas, depois de manifestações e lutas das próprias pessoas com deficiência, como também dos direitos humanos, podemos lembrar nos dias atuais certo progresso. A partir da década de 1990, os documentos legais e normativos do país aconteceram para enfatizar a necessidade de alterações na escolarização das pessoas com deficiência. Destaca-se a Lei 9394/96, a resolução n 2/2001 e a política de 2008. Na lei 9394/96 no artigo 60, tem anunciado “alternativa preferencial a ampliação do atendimento a pessoa com deficiência na própria rede pública de ensino, que ocorrera independente do apoio previsto a iniciativa privada” (KASSAR, 1999, p.37 *apud* RAMOS *et al.*, 2016).

De acordo com Gonzalez Rey (2005a), os sentidos subjetivos tão singulares e individuais não se esgotam na própria pessoa (subjetividade individual), mas compor em um sistema aberto, fundamentado na constituição e no desenvolvimento dos processos sociais (subjetividade social), excedendo, assim, a capacidade imediata de conscientização frente às emoções que causam ações concretas. O processo de configuração de sentidos subjetivos é histórico e mediado. O sujeito, em sua processualidade reflexiva, constitui e edifica o contexto no qual está inserido (GOMES; SOUZA, 2012).

A inserção da criança com deficiência intelectual na escola regular é considerada, pelas professoras, como uma sugestão justa, uma “evolução da sociedade”, como disse uma delas e, igualmente como ocasião de desenvolvimento. Há um reconhecimento de que a educação inclusiva está pautada em princípios educativos. No entanto, apesar de conhecerem as justificativas pedagógicas para a prática da educação inclusiva, algumas professoras admitiram claro o caráter obrigatório, legal, para aceitarem os alunos com deficiência (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009).

A família tem um papel fundamental nesse processo de inclusão educacional e é necessária a contribuição e aceitação dos membros familiares, quebrando barreiras preconceituosas e lutando pelos seus direitos.

Muitas vezes, por falta de informação, algumas famílias superprotegem seus filhos por medo que suportem exclusão pela sociedade, medo que essa exclusão chegue na escola, no trabalho, nas relações interpessoais. Vale advertir que, diante de suas limitações, as pessoas com deficiência têm todos os direitos garantidos e assegurados pela constituição.

A atuação do psicólogo escolar do país necessita pautar-se nas caracterizações das instituições educacionais, suas precisões, suas dificuldades e suas fontes de recursos, alocando uma parceria com a Educação e com os demais profissionais da instituição, aumentando a atuação. Dessa forma, compreendem-se os aspectos sociais, políticos, notando o contexto geral da sua inserção profissional, porque adquirindo uma nova postura estabelecerá uma identidade própria na educação (MELO, 2008).

Observar-se que o método de admissão do psicólogo na escola inclusiva, pode ser consolidado de maneira mais eficaz, quando efetivado em equipe, gerando papéis e os compartilhando também, colocando objetivos em conjunto, acompanhamento da ampliação do aluno, trabalho em parceria com as famílias, exercendo democraticamente e interdisciplinarmente o trabalho da inclusão escolar (FARREL, 2008, *apud* MELO, 2008).

### **2.3 Testes e psicoagnósticos na atuação do psicólogo escolar**

Teste é uma palavra de origem inglesa que significa prova; deriva do latim *testis* e é usado internacionalmente para denominar uma modalidade de medição bastante conhecida hoje em dia em diversos campos científicos e técnicos. Os testes psicológicos tiveram origem no século XIX em duas situações bastante distintas: na psicologia de orientação empirista, fundada em processos comportamentais, especialmente sensoriais; e em parte na psicologia mais mentalista francesa, fundada em processos mentais. A psicometria então, mais especificamente os testes psicológicos, usa números e escalas para descrever fenômenos psicológicos. A grande utilização dos testes de acordo com o método divide-se em psicométricos e projetivos. Para o autor, testes psicométricos são

aqueles cujas normas gerais utilizadas são quantitativas o que quer dizer que o resultado é um número ou medida. A metodologia do teste projetivo conforme Erthal (1998) é aquela cuja norma é qualitativa, ou seja, é um teste menos objetivo.

Por ser uma avaliação qualitativa, os itens dos testes não podem ser medidos em separado. É a constância de certas características avaliadas no teste como um todo que dará a relativa certeza de um diagnóstico. Segundo a finalidade, os testes dividem-se em testes de velocidade ou rapidez e testes de potência ou nível. Os testes de velocidade medem a rapidez de raciocínio ou execução de determinada tarefa. Caracterizam-se pelo tempo certo de administração e pelo fato de serem homogêneos, isto é, medirem o mesmo fator comum em todos os itens. Os testes de potência são aqueles que medem não a rapidez da execução, mas a qualidade da mesma. Avaliam a potencialidade do indivíduo em relação a alguma característica e os itens apresentam-se em dificuldade crescente.

Pela influência do examinador, os testes podem ser pessoais ou impessoais. A personalidade e sua conduta influem consideravelmente no resultado. O teste é pessoal quando essa influência é bem evidente. Ao contrário, nos testes impessoais o examinador se limita a administrar o rapport. De acordo com o modo de administração, os testes podem ser individuais, coletivos e auto - administrados. Chama teste individual aquele que exige apenas a presença de um examinador e um examinando, não se podendo aplicá-lo a um grupo de sujeitos simultaneamente. Os testes de aptidão medem o potencial do indivíduo para aprender ou realizar uma tarefa.

As realizações dos testes de aptidão, para o autor, refletem influências acumulativas de numerosas experiências da vida diária. Os testes de personalidade medem as características de personalidade como: estabilidade emocional, atitude, interesse, sociabilidade etc, que não se referem aos aspectos cognitivos da conduta. Os testes educacionais que conhecemos são as provas, porém, os testes psicológicos usados na educação que aferem os conhecimentos são os testes cognitivos e psicológicos destinados a medir a capacidade intelectual do aluno são chamados testes de inteligência. Em lugar de testes de inteligência, está se usando o termo capacidade mental usado para fins escolares recebem o nome de testes de aptidão escolar, é necessário dizer, não mede diretamente a capacidade inata do indivíduo. Como todos os demais testes escolares, o teste de aptidão escolar mede

fatores que têm como base os conhecimentos, aliados à capacidade do aluno para aprender novas tarefas.

O psicodiagnóstico é uma avaliação psicológica que, para Cunha (1993), é feita com propósitos clínicos e que utiliza técnicas e testes psicológicos em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos ou para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados. O psicodiagnóstico é uma forma específica de avaliação psicológica que não tem necessariamente que fazer uso de testes psicológicos. Mas quando se precisa de material fidedigno, possível de reaplicação, que permita conclusões confiáveis em curto tempo, para tomada de decisões, é preciso dispor de outros recursos além das entrevistas, ainda que seja para determinar alguma característica do examinando tendo como perspectiva conseguir uma descrição e compreensão, a mais profunda e completa possível, da personalidade total do aluno ou do grupo familiar, e sua conclusão será posteriormente transmitida por escrito, através de um documento denominado laudo psicológico.

O laudo é uma peça escrita na qual o perito expõe observações e conclusões a que chegou num processo de diagnóstico ou avaliação psicológica. Trata-se de um parecer técnico que visa subsidiar o profissional a tomar decisões. Segundo Guzzo e Pasquali (2001), deve-se evitar a sua devolução oral, porque pode ser facilmente distorcida. O laudo não é um documento exclusivo da área da psicologia; pode ser jurídico, pericial, pedagógico etc. Esse documento deve ser conclusivo e se restringir às informações estritamente necessárias à solicitação, objetivo da avaliação, com a intenção de preservar a privacidade do examinando.

O psicodiagnóstico consiste em 12 etapas, a citar: Rapport; motivos do encaminhamento, queixas e outros problemas iniciais; contrato de trabalho; levantamento da história clínica e a história pessoal (anamnese), ressaltando que nessa etapa, quando os alunos são crianças ou adolescentes, a anamnese é feita com a família, sessões de laudo diagnóstico e aplicação de testes de inteligência e projetivos. Para finalizar é marcada uma entrevista devolutiva com a família, em que geralmente é recomendada uma psicoterapia para a criança e orientação para a mãe, exame psíquico, ou exame do estado mental, diagnóstico inicial, hipótese diagnóstica; estabelecimento de um plano de avaliação; administração de técnicas e

testes psicológicos; levantamento e análise dos dados qualitativos e quantitativos; interpretação e integração dos dados; elaboração do diagnóstico e prognóstico; entrevista de devolução, comunicação dos resultados ao cliente e elaboração do laudo ou parecer para o profissional requisitante.

A nova maneira de encarar a educação, exclusivamente do ponto de vista dos seus problemas psicológicos, influiu grandemente no desenvolvimento da Psicologia Educacional, porque incentivou estudos e investigações sobre as diferenças individuais e sobre a Psicologia da Aprendizagem, das matérias escolares e do programa.

A psicologia, em suas aproximações com a Educação, constitui-se como uma área de conhecimento com ênfase em estudos desenvolvidos em laboratório e baseada na experimentação. Somente a partir da década de 40, com a ampliação do sistema educacional e das solicitações de serviços a ele relacionados, é que surgiu a Psicologia Escolar enquanto prática profissional voltada para a resolução de situações-problema existentes nas escolas. Nestas condições, a Psicologia Escolar surgiu da necessidade de se entender e solucionar os problemas relacionados à aprendizagem e ao comportamento apresentados pelos alunos no ambiente da escola. Para alcançar tal objetivo, no entanto, foi necessário unir a psicologia clínica, a Psicologia da Educação e a psicomетria.

No Brasil, os professores foram os primeiros profissionais a atuarem como psicólogos, já que a profissão só foi regulamentada no dia 27 de agosto de 1962. A psicologia ligada ao ensino se deu a partir de 1906, através da criação, no Rio de Janeiro, de um laboratório de psicologia pedagógica, e depois através da pedagogia experimental junto à escola normal de São Paulo. Todo esse trabalho de articulação da psicologia do ensino e à educação foi implantado e realizado por educadores. Pode-se inferir que foi o ensino normal no Brasil que propagou as concepções, pesquisas e aplicações práticas do que utilizamos hoje em Psicologia Escolar.

Atualmente, a Psicologia Escolar começa a se destacar na área da pesquisa e atuar com pais e professores, pois, antes, o foco era somente o aluno. O psicólogo que foi aplicador de testes, durante um bom período o psicólogo que atuava no âmbito educacional foi relegado às tarefas de simples aplicador de testes, medidor de habilidade intelectual e de responsável pelos rótulos imputados aos alunos.

Nas escolas do início do século passado, os psicólogos tinham apenas a função clínica de fazer um diagnóstico por meio da aplicação de testes e classificar o estudante dentro de um padrão, de acordo com o resultado obtido, oferecendo assim a cura para os problemas de aprendizagem. Para esse fim, os testes utilizados eram os psicométricos e os de personalidade como os únicos instrumentos para se avaliar e medir a capacidade dos alunos. Conforme os resultados, os “aptos” eram separados dos “não aptos”, gerando discriminação e estigmatização para os alunos “não aptos” no ambiente escolar e social. (Andrada 2005).

Nesta época, os psicólogos não realizavam o rapport, e nem anamnese com o relato da história clínica e pessoal do aluno, por meio de recursos como as entrevistas e as observações. Por conseguinte, não adquiriam meios para elaborar um exame psíquico menos superficial e preconceituoso (Andrada 2005). Desta forma, tudo que não pudesse ser mensurado e catalogado pelos testes era desprezado, bem como a participação de outro profissional envolvido direta ou indiretamente com o indivíduo analisado, e a interação dos responsáveis, quando utilizados como um único material de avaliação, servem como mero instrumento de eliminação escolar e discriminação social como uma forma de rotular o indivíduo.

Função atual do psicólogo escolar é atuação com base no modelo clínico não é suficiente para atender às necessidades e transformações do sistema educacional. Quando inserido no contexto escolar, o profissional da psicologia deve pensar não somente na realidade da instituição em que está inserido, mas também, em toda a conjuntura educacional. Para Novaes (1986), a função do psicólogo escolar está ligada a questões de aprendizagem, relacionamento e comportamentos, e não mais à inserção em padrões.

A psicologia escolar, ciência aplicada aos comportamentos escolares, preocupa-se em ajudar e melhorar as relações dinâmicas do ambiente escolar e ocupa-se da descrição e do estudo dos fatos e fenômenos escolares, partindo do princípio de que a escola é uma fonte de relações. A escola, sendo uma fonte de relações, possibilita ao psicólogo escolar não ser somente um aplicador de testes, mas atuar de uma forma dinâmica, considerando não somente os alunos, mas, também, toda a equipe escolar: direção, professores, secretariado, pessoal de serviços gerais e pais.

O psicólogo na escola não deve limitar-se somente ao diagnóstico, orientação, encaminhamento ou terapia. Ele deve dar um suporte aos professores, alunos e à instituição escolar como um todo, nas questões relacionadas à problemática de aprendizagem e nas questões sociais inseridas neste contexto. O psicólogo escolar precisa criar um espaço para escutar as demandas da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas, precisa criar formas de reflexão dentro da escola, com todos os sujeitos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas. A responsabilidade social do psicólogo escolar é maior que suas próprias limitações profissionais e técnicas.

O psicólogo deve conhecer a realidade socioeconômica na qual se desenrola a ação educativa e a caracterização cultural da população envolvida na dinâmica da instituição. Neste último documento, foi pontuada a especialidade da psicologia escolar em razão do contexto sócio-político do país pelas funções estipuladas. Cabe ao psicólogo escolar aplicação dos princípios da psicologia da aprendizagem, da motivação, do desenvolvimento e do ajustamento para o estudo do comportamento da criança no seu meio educacional, com o objetivo de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento humano através de prevenção, identificação, avaliação e reeducação dos problemas educacionais nos diversos níveis de escolaridade.

### **CAPÍTULO III**

#### **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PAPEL DA FAMÍLIA NESSE CONTEXTO E O PAPEL DO PSICOLOGO FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

##### **3.1 A inclusão da pessoa com deficiência**

O movimento de pessoa com deficiência surgiu, respectivamente, em diversas cidades do Brasil que principiaram a conseguir freqüentes encontros de âmbitos locais, regionais e nacionais, para a troca de idéias e tomada de decisões em relação às políticas direcionadas às pessoas com deficiência. Naquele mesmo ano, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em Brasília, agrupou mais de 500 participantes. Foram colocados os rumos do movimento nacional, culminando com a criação da Coalizão Nacional de Entidades

de Pessoas Deficientes (SASSAKI, 2003 *apud* CERIGNONI, 2006, *apud* RAMOS *et al*, 2016).

A inclusão escolar, fortalecida pela Declaração de Salamanca, no entanto, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, pois o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização, iniciando-se no nascimento ou justamente no momento em aparece algum tipo de deficiência física ou mental, contraída ou hereditária, em algum membro da família. Isso ocorre em qualquer tipo de constituição familiar, sejam as tradicionalmente estruturadas, sejam as produções independentes e congêneres e em todas as classes sociais, com um agravante para as menos favorecidas (MACIEL, 2000).

A partir de 1990, os documentos legais e normativos do país destacavam a necessidade de alterações na escolarização das pessoas com deficiência. A Lei 9394/96, a resolução nº 2/2001 e a política de 2008. Esta lei 9394/96 no artigo 60 apresenta anunciada “alternativa preferencial a ampliação do atendimento a pessoa com deficiência na própria rede pública de ensino, que ocorrera independente do apoio previsto a iniciativa privada” (KASSAR, 1999, p.37 *apud* RAMOS *et al*, 2016).

Cada deficiência acaba acarretando um tipo de comportamento e suscitando diferentes formas de reações, preconceitos e inquietações. As deficiências físicas, tais como paralisias, ausência de visão ou de membros, ocasionam imediatamente apreensão mais intensa por apresentarem maior visibilidade. Já a deficiência mental e a auditiva, por sua vez, são pouco percebidas inicialmente pelas pessoas, mas causam mais estresse, à medida que se toma consciência da realidade das mesmas (MACIEL, 2000).

A deficiência pode trazer para alguns um comportamento de preconceitos e inquietações, a condição física faz com que as pessoas expressem sentimentos horríveis.

A educação inclusiva, de acordo com Meyrelles (2009), só será aceitável se houver modificações na escola, que viabilizem às pessoas com necessidades educativas especiais categorias para que todos apresentem acesso e permanência na escola, de forma que componham respeitadas e trabalhadas suas limitações. Dentre as atividades respectivas ao profissional de psicologia, estão presentes: apresentar suporte aos professores de educação regular e inclusiva por meio da coleta e da busca de dados ajustados às crianças e suas dificuldades; investigar as

possíveis variáveis que interferem na manutenção dos problemas; considerar condições ambientais e interpessoais; recomendar e desenvolver estratégias e planos de intervenção, como também aferir os resultados alcançados (MCNAMARA, 1998, *apud* RAMOS *et al*, 2016).

Educação inclusiva deve haver transformações, para que todos tenham acesso necessário para cada tipo de deficiência.

Na educação também não é diferente, pois só as grandes cidades têm algum tipo de atendimento. A realidade tem indicado que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, de salas e de professores de apoio admitem a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria (MACIEL, 2000).

Apenas nas grandes cidades que há escolas adaptadas para ter a inclusão de deficientes. É uma realidade que precisa ser modificada e adaptada para da o devido suporte as pessoas deficientes.

A diversidade de inclusões entre fatores biológicos e psicológicos, abarcados no atendimento às crianças com deficiência, explicam a relevância da Psicologia e da ação do psicólogo de estar presente nesse processo. As habilidades desse profissional e seus conhecimentos acerca da inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes aceitáveis, da ampliação de programas de ensino e na orientação a pais, professores e outros especialistas, se constituem como elementos essenciais para favorecer projetos educativos que beneficiem a educação para todos (YSSELDYKE E GEENEN,1996; MARTÍNEZ, 2005 *apud* RAMOS *et al*, 2016).

A interação aluno-aluno traz à tona as diferenças interpessoais, as realidades e experiências distintas que os mesmos ocasionam do ambiente familiar, a forma como eles passam com o diferente, os preconceitos e a falta de paciência em aceitar o outro como ele é. Todos os alunos das classes regulares necessitam receber orientações sobre a questão da deficiência e as formas de convivência que poupem as diferenças, o que não é tarefa fácil, mas possível de ser alcançada.

Levar os alunos de classes regulares a aceitarem e respeitarem os portadores de deficiência é um ato de cidadania (MACIEL, 2000).

### **3.2 Papel da família nesse contexto**

A família compõe uma unidade eficaz das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que são imersas nas categorias materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significado e estágios culturais próprias que buscam modelos de afinidade interpessoal e de construção individual e coletiva.

Os fatos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de atos e resoluções de problemas com significados universais e privados. Essas vivências integram a experiência coletiva e singular que prepara, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. É por meio das interações familiares que se concretizará transformação nas sociedades que, influenciarão as afinidades familiares futuras, a partir de um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os múltiplos ambientes que arrumam os sistemas sociais, dentre eles a escola. (DESSEN, POLONIA, 2007).

Os pais são agentes indispensáveis no processo educacional dos filhos. A família é a que mais perfeito conhece a criança quando a acompanhou desde seu nascimento e, da mesma atitude, a criança sente-se mais segura estando próxima da sua família.

Sendo arrumada por uma complexa e dinâmica rede de interações que submergem aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, a família não pode ser determinada apenas pelos laços de consanguinidade, mas sim por um conjunto de variáveis incluindo o significado das interações e relações entre as pessoas (Petzold, 1996). A própria concepção científica dela confirma o entrelaçamento das variáveis biológicas, sociais, culturais e históricas que exercem grande influência nas relações familiares, compondo a base para as formas contemporâneas dela (DESSEN, POLONIA, 2007).

As pessoas com deficiência precisam mesmo de interação com outras para assim poderem ter uma vida normal, e enfrentar os desafios da sociedade.

Segundo Rolfsen e Martinez (2008), a mãe é quem mais auxilia nas atividades e afazeres escolares dos filhos. Hoje em dia os pais ainda são responsáveis pela educação dos filhos e a preocupação deles está em escolher a melhor escola, comprar alguns recursos didáticos, levar os filhos na escola, participar de reuniões, e outros. Quando se trata de crianças com Necessidade Educacionais Especiais (NEEs), a participação deles é muito mais cobrada, a dependência destas crianças é maior (SANTOS, 2013).

O amor materno pode ter uma relevância para as crianças com deficiência, pois as mães ajudam de todos os modos suas “crias” para que assim possam ter o melhor, nessa realidade de grandes obstáculos.

O conceito de família e a conformação dela apresentam-se evoluídos para retratar as relações que se colocam na sociedade atual. Não existe uma configuração familiar ideal, porque são inúmeros os acordos e formas de interação entre os indivíduos que constituem os desiguais tipos de famílias contemporâneas (Stratton, 2003): nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, dentre outras acordos. Os padrões familiares vão se modificando e reabsorvendo as alterações psicológicas, sociais, políticas, econômicas e culturais, o que promove adaptações e acomodações às realidades enfrentadas (WAGNER, HALPERN & BORNHOLDT, 1999 *apud* DESSEN, POLONIA, 2007).

Não existe uma configuração familiar estruturada, pois cada família tem seu tipo como nuclear, recasadas, homossexuais ou monoparentais. As famílias com seus padrões podem se transformar de forma sutil a partir das alterações psicológicas, sociais e culturais.

Segundo Dessen e Polonia, (2007, p. 27).

É importante ressaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele. Estudar as relações em cada contexto e entre eles constitui fonte importante de informação, na medida em que permite identificar aspectos ou condições que geram conflitos e ruídos nas comunicações e, conseqüentemente, nos padrões de colaboração entre eles. Nesta direção, é importante observar como a escola e, especificamente, os professores empregam as experiências que os alunos têm em casa. Face à leitura, é muito importante que a escola conheça e saiba como utilizar as experiências de casa para gerir as competências imprescindíveis ao letramento. A interpretação de textos ou a escrita podem

ser estimuladas pelos conhecimentos oriundos de outros contextos, servindo de auxílio à aprendizagem formal.

A família é também um local de aprendizagem humana, na qual terão informações para poderem se comunicar na sociedade. E a escola utiliza experiências de casa através de interpretação de textos ou na escrita.

O processo de inclusão deve começar pela própria família. Muitos pais não acreditam em deixar seus filhos com NEEs na escola. Eles muitas vezes têm um pensamento negativo diante do processo de inclusão. Os autores Barbosa, Rosini e Pereira (2007) debatem que, se as atitudes dos pais consistirem em positivas com relação à educação inclusiva, melhor e mais rápido será o processo de inclusão. Muitos pais veem de forma negativa a inclusão de crianças especiais em escolas de ensino básico. Eles crêem que melhor que essas crianças estudem em escolas especializadas. Outros falam de forma preconceituosa com relação à educação inclusiva e a maneira errada deles verem este processo intensifica a exclusão escolar. Esses pais prestam essas atitudes negativas para seus filhos que conseqüentemente terão a mesma visão quando se encontrar com outra criança em processo de inclusão (SANTOS, 2013)..

Os laços afetivos desenvolvidos dentro da família, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que permitem o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa. Por exemplo, o apoio parental, em nível cognitivo, emocional e social, deixa a criança desenvolver repertórios saudáveis para enfrentar as situações cotidianas (EISENBERG & COLS, 1999 *apud* DESSEN, POLONIA, 2007).

Os pais podem ter aspectos desencadeadores para que as crianças tenham um desenvolvimento saudável e pontos positivos para a realidade de cada criança.

As figuras parentais desempenham grande influência na construção dos vínculos afetivos, da autoestima, autoconceito e estabelecem modelos de relações que são aprazados para outros contextos e ocasiões de interação social (VOLLING & ELINS, 1998, *apud* DESSEN, POLONIA, 2007).

Os pais precisam ter a visão que a escola tem aparatos para o crescimento educativo para as pessoas com deficiência.

Compreende-se que os pais necessitam ver a escola como um momento de crescimento educativo de seus filhos com NEEs. Um ambiente onde estas crianças permanecerão em convívio com outras crianças, um contorno da inserção social. Precisam ter acordo de que a escola escolhida para isso deve ser aceita pelos mesmos e possuir condições de receber estas crianças (SANTOS, 2013).

Os laços afetivos garantem o apoio psicológico e social entre os membros familiares, auxiliando no enfrentamento do estresse instigado por dificuldades do cotidiano (Oliveira & Bastos, 2000). E os padrões de afinidades familiares alistam-se intrinsecamente a uma rede de apoio que possa ser ativada, em momentos críticos, fomentando o sentimento de pertença, a procura de soluções e atividades partilhadas (DESSEN, POLONIA, 2007).

### **3.3 Papel do psicólogo frente à educação inclusiva**

O papel do psicólogo escolar é de auxiliar e planejar programas educacionais vinculados ao seu compromisso profissional (Crippa, 2008). Deve ajudar na identificação de situações e desempenhos que apareçam a violência no modo de administrar a educação especial. Neste sentido é essencial a busca de outras maneiras de operar, preocupando-se com a facilitação dos grupos de encontros para identificação, contenda e procura de respostas às dificuldades localizadas. Faz-se necessário um trabalho coletivo preocupado com a preparação de possibilidades de atuação. Deve atuar juntamente com as famílias, atender as situações decorrentes de crises psicológicas, que ocorrerão nas escolas (CRUZ, 2011).

Dentre as atividades que os psicólogos podem realizar tem-se: programas educacionais, organizar e conduzir reuniões, grupos para identificação de problemas e resolução deles, dentre outras.

Entre as atividades relativas ao profissional de psicologia, estão presentes: dar suporte aos professores de educação satisfazer inclusão por meio da coleta e da procura de dados relacionados às crianças e suas dificuldades; investigar as possíveis variáveis que intervêm na manutenção dos problemas; avaliar as condições ambientais e interpessoais; indicar e desenvolver estratégias e planos de

intervenção, como também avaliar os resultados obtidos (MCNAMARA, 1998 *apud* RAMOS *et al.*, 2016).

A complexidade e a diversidade de relações entre fatores biológicos e psicológicos, abrangidos no atendimento às crianças com deficiência, explicam a importância da Psicologia e da atuação do psicólogo de estar presente nesse processo. As capacidades desse profissional e seus conhecimentos acerca da inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares, do desenvolvimento de programas de ensino e na orientação a pais, professores e outros especialistas, se compõem como elementos essenciais para favorecer projetos educativos que favoreçam a educação para todos (YSSELDYKE E GEENEN, 1996; MARTÍNEZ, 2005 *apud* RAMOS *et al.*, 2016).

A capacidade do psicólogo de lidar com a realidade na inclusão de pessoas deficientes, pode ser realizada através do diálogo com os professores e os pais das crianças, para assim propor projetos educacionais favorecendo assim educação para todos.

A socialização do professor precisa estar bem orientada quanto a como realizar definidas atividades que englobe este aluno com necessidades educativas especiais. A psicologia educacional aparece neste campo com o intuito de auxiliar esta inclusão e este aprendizado.

No Brasil, as denúncias escolares e os problemas no aprendizado são as principais causas de busca da psicologia na rede pública de saúde e nas clínicas de psicologia. São aconselhadas para as necessidades de cuidados de saúde mental as crianças que, além de oferecerem dificuldades de relacionamentos interpessoais, têm famílias em situação desestruturada e não obtêm o suporte emocional que precisam. Dessa forma, as crianças se descobrem em casos de vulnerabilidade social, por que na maioria das vezes acumulam experiências de fracasso em tarefas de aumento, desempenho acadêmico, ajustamento ao ambiente escolar e capacidade de formar laços de amizade (CABRAL E SAWAYA, 2001 *apud* RAMOS *et al.*, 2016).

Desde a antiguidade um dos problemas mais difíceis enfrentados pelo ser humano são as diferenças, principalmente por existir uma tendência das pessoas categorizarem estas diferenças, defini-las em termos meramente negativos e identificarem os grupos as quais estas pessoas competem como inferiores, mas

todos têm o direito de serem diferentes, e com as crianças no ambiente escolar não pode ser fugir dessa regra.

O profissional de psicologia na escola pode dar esse apoio ao educador, trabalhando claramente com os alunos por meio de oficinas, projetos e outros, ou com o educador para que isso seja prestado em sala de aula através dele, aquele profissional pode destacar essas atividades em diversos espaços da instituição escolar (GOMES; MOTA, 2015).

Segundo Almeida, (2001); e Araújo, (2003):

A partir da compreensão do contexto escolar, o psicólogo poderá fazer intervenções em espaços coletivos existentes na escola, conselhos de classe, coordenações de professores, reuniões bimestrais de pais e mestres, além de criar outros espaços de discussão, como grupos de professores nos quais seja possível a reflexão sobre as práticas pedagógicas, estudos de caso e aspectos intersubjetivos que permeiam o trabalho da instituição (GOMES; MOTA, 2015, p.05).

O psicólogo pode fazer intervenções, nas escolas, em coordenações de educadores, em reuniões de pais criando assim discussões e relatos para ter embasamento para o estudo de casos nas instituições.

O psicólogo escolar deve criar um espaço para escutar as demandas postas na escola e pensar em maneiras de lidar com as situações diárias. A atuação do psicólogo escolar se dá através de ter uma visão preventiva, aviso e a análise cotidiana. Ao se inserir no ambiente, ele carece investigar os métodos pedagógicos, compartilhar das reuniões de classe, e da elaboração do projeto pedagógico da escola.

Uma escuta psicológica deverá ser alcançada com o intuito de ampliar uma metodologia e traçar métodos de intervenções como também acolhimento das angústias, sofrimentos emocionais dos estudantes, familiares e profissionais da instituição, permitindo ao psicólogo uma melhor inclusão do cenário educativo (MARINHO E ALMEIDA, 2010 *apud* RAMOS *et al*, 2016).

Este profissional deve ter uma visão preventiva da realidade posta e ao mesmo tempo elaborar projeto pedagógico nas escolas.

Faz se necessário o psicólogo escolar conter uma visão de clínica ampliada que seria trabalhar na promoção e prevenção da saúde na escola, muitos profissionais vêm a fazer procedimento errado em hipótese, necessitado aos roteiros

curriculares da graduação que constituem os profissionais com uma visão clínica, com isso muitos psicólogos localizam problemas na prática. Ao se colocar como psicólogo escolar é de grande importância que esse profissional procure se especializar, fazer cursos que chegue a fortalecer a sua ação nesse ambiente (RAMOS *et al*, 2016).

Segundo Viana (2016, p.57):

Psicologia Escolar e Educacional, principalmente aquelas que apontam para busca da relação entre saúde/doença, prevenção/tratamento, educação/terapia além do próprio estudo sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e suas implicações para a atuação psicológica na instituição escolar. Igualmente se registra a preocupação em re avaliar os modos de atuação do psicólogo ou da psicóloga frente às queixas escolares, implicando repensar seu papel para além da avaliação e da disciplina, considerando assim uma ampliação no olhar e na prática (RAMOS *et al*, 2016).

A escola tem a função não apenas na edificação intelectual do indivíduo, mas também de adaptar um referencial característico a partir de valores e visões que se coadunem com a realidade social. Dessa forma, a escola é um espaço de construção e consolidação de valores que farão parte de toda a vida da pessoa.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola passa a ser avaliada como inclusiva quando se organiza ao favorecimento dos alunos, independentemente de raças, gêneros ou deficiências, colocando que a inclusão nesse contexto prioriza táticas para adaptar o aprendizado ao aluno.

Para que as crianças e adolescentes deficientes sejam compreendidos em uma educação de qualidade, é imprescindível que tenha a valorização das diferenças, modificando as composições das escolas e os processos nela envoltos, desmistificando a noção da hegemonia e edificando a educação abarrotada de heterogeneidades, mesmo porque a noção de grupo e meio social, fica implícito as distinções.

O trabalho do psicólogo é acrescido com as equipes psicopedagógicas, professores e demais envolvidos no projeto político-pedagógico constituído pela escola, juntando a família e se necessário, conscientizações perante a comunidade.

Portanto, por ser um trabalho efetivado com parcerias, os efeitos precisam do auxílio de todos os envolvidos, para que a educação com qualidade possa emergir.

Embora com o pouco tempo da profissão de psicólogo educacional, muito já se tem sobre o seu trabalho unido com os professores. Necessita-se de um melhor desenvolvimento acadêmico no que diz respeito à ação interdisciplinar na escola e os profissionais já atuantes precisam buscar estratégias para além das tradicionais que tornem o seu trabalho mais saudável, eficaz, reconhecido e considerado pela comunidade em geral.

A inclusão escolar é o objeto de um debate em movimento, e essa disputa agrupa muitas das nossas esperanças sobre um ideal de vida democrática, mas também muito de nossa ignorância e da fragilidade das nossas referências e teorias. No fundo, não temos uma teoria acabada e definitiva que resolva, de uma vez por todas, nossos dilemas. O mais desafiador é justamente esse casamento entre reflexão política, investigação científica, a prática e de esperança.

Lidar com a diferença não é um trabalho fácil, pois são abordadas com estranhamentos que podem alterar ao “pré-conceito” e a discriminação. Quando olhamos para as crianças com necessidades especiais, notamos que uma criança que é portadora de algo e não, simplesmente, como uma “criança”. O mesmo advém quando olhamos para qualquer pessoa com deficiência. Diante disso, a infância dessas crianças é marcada pelo olhar de discriminação ou até de repulsa.

Trabalhar com crianças especiais na escola, exige do profissional novos posicionamentos, não só no plano pedagógico, mas, igualmente, no plano ético. Portanto, acreditamos que o acolhimento e a escuta da angústia dos profissionais que convivem com a diversidade, em suas mais variadas definições, deve ser um aspecto fundamental de uma formação para a educação inclusiva.

O psicólogo deve trabalhar na escola de modo a garantir sua participação na equipe pedagógica. Ele deve refletir juntamente com a direção, professores e funcionários estratégias para garantir às crianças com deficiência um processo educativo que permaneça dentro dos seus direitos constitucionais. E nesse espaço de educação especial, o psicólogo da educação não deve privilegiar o laudo, mas sim associar seus conhecimentos com outros profissionais da educação. Assim colaborar para a efetivação de um processo de aprendizagem que seja acessível a essas crianças.

Portanto como todos os países são diferentes, cada cidade, cada escola, cada aluno é também singular e estabelece uma prática também diferenciada. Logo não podemos fechar uma atuação “correta”, com receitas que necessitam ser seguidas desse jeito ou daquele outro. Cada caso é um caso e é preciso agir mediante a realidade que se encontra, não negando algumas posturas que são universais, mas sem concluir algo pronto, o método não deixa de se construir a cada novo aluno um novo desempenho.

## REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de *et al.* **Dialogando sobre a política de educação especial na perspectiva inclusiva. *IN: Políticas de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado.*** Organizado por: Roberia Vieira Barreto Gomes, Rita Vieira de Figueiredo, Selene Maria Penaforte Silveira, Ana Maria Faccioli – Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016 p. : 192 il.
- CAMACHO, O. T. **Atenção à diversidade e Educação Especial.** In: STOÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. *Educação Especial: em direção à educação inclusiva.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 09-13.
- CRUZ, Thimóteo Pereira. **Infância, educação inclusiva e o papel do psicólogo na Associação Pestalozzi de Catalão-GO.** Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, CONPE- **Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional.** 03 a 06 de julho 2011.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. **Paidéia**, 2007, 17(36), 21-32
- GOMES, Daienne Gonçalves; MOTA, ErickaLaysa Santos. **A participação do psicólogo escolar na educação inclusiva.** *Revista acadêmica científica*, Vol. 08 – Num. 02 – Agosto 2015.
- GOMES, Claudia. SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **Psicologia e Inclusão Escolar: Reflexões Sobre o Processo de Subjetivação de Professores.** *Psicologia: ciência e profissão*, 2012, 32 (3), 588-603
- MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de Deficiência a questão da inclusão social.** *São Paulo Perspec.* vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000
- MELO, LeylandGalletti De. **A inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo.** Faculdade de Ciências da Saúde e Educação- Faces Curso: Psicologia (Monografia licenciatura em psicologia) Brasília – DF Novembro- 2008.
- MOUSINHO, Renata *et al.*, **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões.** *Rev. psicopedag.* vol.27 no.82. São Paulo, 2010.
- RAMOS, Felipe Salviano *et al.* **O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências.** **II Congresso Internacional de educação inclusiva**, 16 a 18 de Novembro de 2016.
- SAMPAIO, CT., SAMPAIO, SMR. **Convivendo com a diversidade: a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual.** In: DÍAZ, F., *et al.*, orgs. *Educação*

inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 71-78. ISBN: 978-85-232- 0928-5. AvailablefromSciELO Books

SANTOS, Edinete Ribeiro de Lima. **Papel dos pais no processo de inclusão escolar e na aprendizagem de filhos com necessidades educacionais especiais. Revista Discentis. 2ª edição. Julho 2013.**